

# PERCEPÇÕES E ATITUDES POLÍTICAS DOS CIDADÃOS FRENTE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Angelita Fialho Silveira\*

Douglas Santos Alves\*\*

Maria Salete Souza de Amorim\*\*\*

*Resumo:* No contexto latino-americano, o desenvolvimento sustentável pressupõe uma maior distribuição de renda e um processo de redução da pobreza e das desigualdades sociais. Uma economia sustentável, do ponto de vista ambiental, é uma economia que não destrói as suas próprias condições de existência e, do ponto de vista político, aquela que prioriza projetos estratégicos na resolução dos problemas sócio-ambientais e na melhoria da qualidade de vida. Trata-se de um desenvolvimento incluyente e sustentado, que agrega iniciativas de inclusão social, de bem-estar econômico e de preservação ambiental. A partir de pesquisa empírica realizada em Porto Alegre, objetiva-se verificar o impacto das desigualdades sociais na percepção e na configuração dos comportamentos e das atitudes dos cidadãos em relação a sustentabilidade das sociedades.

*Palavras-Chave:* desenvolvimento sustentável; desigualdades sociais; qualidade de vida, atitude política.

*Abstract:* In Latin American context, the sustainable development estimates a bigger distribution of income and a process of reduction of the poverty and the social inequalities. A sustainable economy, of the ambients viewpoint, is a economy that does not destroy yours proper conditions of existence and, of the politician viewpoint, that one that prioritizes strategical projects in the resolution of the social-ambientals problems and in the improvement of life's quality. One is about inclusive development and supported, that adds initiatives of social inclusion, economic well-being and ambiental preservation. From a empirical research at Porto Alegre , the objective is to verify the impact of the social inequalities in the perception and the configuration of the behaviors and the attitudes of the citizens in relation to sustainability of societies.

*Key Words:* sustainable development; social inequalities; behavior politician, quality of life.

## INTRODUÇÃO

O debate sobre desenvolvimento sustentável torna-se relevante no cenário internacional nos anos 70, especialmente com a criação de agências estatais e de organizações não-governamentais ambientalistas. Em 1972, na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, o termo ecodesenvolvimento foi associado à possibilidade de aliar o crescimento econômico à preservação do meio ambiente. Uma das premissas do desenvolvimento sustentável, naquele momento, foi o reconhecimento da inadequação econômica, social e ambiental do desenvolvimento em relação à manutenção do equilíbrio ambiental planetário nas sociedades contemporâneas. A satisfação das necessidades humanas, a qualidade de vida e do meio ambiente apresentaram-se como elementos interdependentes.

O Relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório de Brundtland, lançado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (ONU, 1987), tem pautado as discussões analíticas sobre o tema. O relatório, ao apontar a pobreza como uma das principais causas dos problemas ambientais do mundo, argumenta que a redução das desigualdades sociais será resolvida somente a partir de mudanças nas políticas internas e externas de todas as nações. Entretanto, verifica-se forte resistência de representantes dos governos dos países ricos, sobretudo dos Estados Unidos, em assinar protocolos e normas ambientais, sob a alegação de acarretar prejuízos para suas respectivas economias nacionais. Com efeito, as políticas sócio-ambientais não podem ser pensadas fora do marco da globalização, pois o grau de interdependência entre países é uma constatação inegável.

O debate público sobre a sustentabilidade tem impulsionado novos arranjos institucionais, acordos e medidas que vem sendo tomadas pela comunidade internacional. Entretanto, o sistema político tem-se mostrado incapaz de transformar as crescentes demandas de cunho ambientalista em políticas públicas capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento. Especialmente nas sociedades marcadas pela pobreza e exclusão social, a sustentabilidade diz respeito a uma distribuição de renda mais equitativa e à garantia dos direitos humanos.

Neste contexto, qual a melhor maneira de sensibilizar os cidadãos sobre os problemas ambientais locais, nacionais e internacionais? Como motivá-los a construir uma sociedade mais justa e democrática, adotando um modelo de desenvolvimento sustentável e incluyente? Face à necessidade de preservar o meio ambiente e estimular a participação política no processo de elaboração e decisão de políticas sócio-ambientais urge promover mudanças nos padrões de consumo, hábitos culturais e comportamentos dos cidadãos. Diante desse desafio, propõe-se neste artigo avaliar o impacto das desigualdades sociais na configuração dos comportamentos e atitudes dos cidadãos frente aos problemas ambientais e às propostas de desenvolvimento sustentável. Para tanto são utilizados dados de pesquisa empírica realizada em Porto Alegre no período de maio/julho de 2005 [1]. O texto divide-se em três seções. Na primeira discute-se as

diferentes concepções de desenvolvimento sustentável, procurando dar um enfoque político à problemática ambiental. Na seqüência examina-se a relação entre pobreza, qualidade de vida e problemas sócio-ambientais com base nos dados da pesquisa. E na terceira seção avaliam-se as percepções e comportamentos dos cidadãos frente ao desenvolvimento sustentável.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

Recentes estudos analisam as diferentes concepções de desenvolvimento sustentável destacando as dimensões política e cultural como as mais efetivas no enfrentamento dos problemas sócio-ambientais. Pode-se distinguir, ao longo dos anos, abordagens de cunho ecológico-tecnocrata, econômico-liberal e político-participativa (FREY, 2004; MILANEZ, 2003).

A década de 70 foi marcada pelo agravamento dos problemas ambientais e, simultaneamente, pela maior conscientização desses problemas em todo o mundo. A abordagem ecológico-tecnocrata contempla concepções pautadas na regulação e planejamento estatais, visando garantir a compatibilidade entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ecológica. O termo ecodesenvolvimento surge durante a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, relacionando-se a uma forma ideal de planejamento ambiental, cuja ênfase é o uso racional e eficiente dos recursos naturais. Um enfoque mais recente desta abordagem atribui relevância ao planejamento, mas defende também a participação como um importante instrumento para se chegar a decisões democráticas sobre o desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva propõe estratégias plurais de intervenção, adaptadas a contextos sócio-culturais e ambientais específicos, com o objetivo de estimular a reflexão e a experimentação criativa e participativa com modalidades de crescimento econômico que valorizem o potencial de recursos naturais e humanos, minimizando os custos sociais e ecológicos (SACHS, 2004; VIEIRA, 2002).

Entretanto, apesar de alguns avanços, tais medidas tecnocráticas e paternalistas têm sido questionadas no combate à pobreza por limitarem-se aos aspectos funcionais e não proporem uma solução política aos problemas ambientais. Mais importante do que o crescimento econômico e um planejamento eficiente é a superação de conflitos de distribuição e a criação de justiça social.

A abordagem econômico-liberal, por sua vez, abrange concepções de desenvolvimento sustentável que apostam no mercado como força reguladora do desenvolvimento. Parte do pressuposto de que o crescimento econômico, associado ao progresso tecnológico, conduz ao uso racional dos recursos naturais, levando-se em conta os impactos ambientais e sociais. O Relatório “Nosso Futuro Comum”, pode ser considerado representativo dessa abordagem por defender o crescimento econômico como solução para a deterioração progressiva do meio ambiente, causada pelo agravamento da pobreza.

O mérito do relatório foi justamente chamar a atenção dos governos e instituições multilaterais para a importância de tornarem-se cada vez mais conscientes da impossibilidade de separar questões relativas ao desenvolvimento econômico daquelas relativas ao meio ambiente. O relatório recomenda a retomada do crescimento com o atendimento às necessidades essenciais dos indivíduos, de modo a manter a sustentabilidade da sociedade com a conservação dos recursos naturais (Nosso Futuro Comum, 1991). Avaliando o relatório, Klaus Frey (2004) argumenta que, apesar de conter críticas aos processos de decisão no quadro do sistema econômico e político mundial, o texto não oferece propostas concretas referentes a uma modificação dos mecanismos de decisão e das condições de poder nos foros nacionais ou internacionais.

A abordagem política de participação democrática propõe o fortalecimento das instituições políticas, a participação da população e o controle das organizações da sociedade civil no processo decisório das políticas públicas ambientais. Parte do pressuposto de que a implantação de uma nova concepção de desenvolvimento sustentável será alcançada mediante uma maior participação e envolvimento político dos cidadãos na luta pelos direitos de cidadania, especialmente no tocante à ampliação das oportunidades educacionais e profissionais, à melhoria das condições de vida da população e à equidade social. A sustentabilidade, portanto, se coloca como um processo vinculado à democracia, à tomada de decisões e ao processo de fiscalização dos cidadãos sobre as ações do Estado (FREY, 2004).

Trata-se de construir uma cidadania que conchama os cidadãos a participar e a valorizar sua contribuição, com objetivo de reforçar a confiança recíproca no sistema político e estimular atitudes e comportamentos favoráveis à vivência democrática. Contudo, para se alcançar este tipo de cidadania é imperativo transformar as relações de poder que têm produzido concentração de renda, de informação e de saber à custa da pobreza, da ignorância e da exclusão social de milhares de pessoas. Parte da literatura propõe uma transformação que privilegie o fortalecimento de organizações não-governamentais e comunitárias, novos estilos de auto-gestão e de ação coletiva que propicie à população possibilidades de se pronunciar e de ser incluída nos processos políticos e nas discussões sobre o meio ambiente e qualidade de vida (RATTNER, 1999). Desta forma, o alcance do desenvolvimento sustentável requer valores democráticos e ecológicos tendo em vista mudanças nos padrões de consumo e no comportamento dos cidadãos frente à preservação do meio ambiente e à redução da pobreza.

Do ponto de vista político, ainda prevalece nas sociedades um enfoque reducionista da problemática ambiental. Grande parte das medidas tomadas pelos governantes é de cunho “reativo-remedial”, ou seja, visam apenas a proteção e a melhoria da qualidade ambiental. Além da sustentabilidade ecológica, toda estratégia de desenvolvimento deve ser concebida a partir de outros fatores, tais como a satisfação das necessidades básicas, a promoção da equidade social, a participação política e a viabilidade econômica (VIEIRA, 2002). Na mesma linha de argumentação, Sachs (2004) propõe a articulação de diferentes sustentabilidades: a ambiental, a social, a econômica, a territorial, a cultural e a política, com o objetivo de “construir uma estratégia de

‘desenvolvimento a partir de dentro’ com base na questão central do emprego e do auto-emprego na produção de meios de subsistência” (idem, p. 11).

De acordo com o autor, ampliar as oportunidades de emprego, reduzir a pobreza e atenuar as desigualdades é a melhor forma de assegurar sustentabilidade social e crescimento econômico. Para isso “a ênfase deve ser colocada na mudança da distribuição primária de renda, em vez de se persistir com o padrão excludente de crescimento, a ser corrigido *ex post* por meio de políticas sociais compensatórias financiadas com a redistribuição de uma parcela do PIB” (SACHS, 2004, p.19). Dessa forma, a injustiça social não poderá ser reparada apenas com políticas sociais compensatórias, mas com a substituição do desenvolvimento excludente por um desenvolvimento incluyente, que requer a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos. O autor trabalha com o conceito de desenvolvimento incluyente, fundamentado no pleno emprego, na equitativa distribuição de renda, no apoio à agricultura familiar, e no apoio ao micro-crédito.

Analizando a situação de pobreza em Bangladesh, Muhammad Yunus (2000) percebeu que, apesar de tratar-se de um problema estrutural, poderia ser resolvido em larga escala com uma política de micro-crédito. Com o objetivo de reduzir a pobreza que aflorava ao lado da universidade a qual lecionava, Yunus iniciou um sistema de micro-crédito, emprestando inicialmente 27 dólares a 42 pessoas. De acordo com o autor “atualmente o Grameen socorre 12 milhões de indivíduos, ou seja, um décimo da população de Bangladesh. Estudos independentes destacaram que no espaço de dez anos o Grameen conseguiu tirar da pobreza um terço de indivíduos a quem emprestou dinheiro e elevar outro terço acima do limite da pobreza” (YUNUS, 2000, p. 40). Pode-se constatar, a partir dessa e de outras experiências, que o micro-crédito é um dos instrumentos eficazes de luta contra a pobreza.

As soluções devem ser pensadas a partir de ações e experiências de desenvolvimento econômico, social e educativo, tanto em contexto local, nacional como internacional, que visem o fortalecimento das instituições democráticas e da sociedade civil, que fomentem a participação, a cooperação e a confiança mútua entre os cidadãos envolvidos. A experiência de auto-gestão comunitária na Villa El Salvador, no Peru, é um outro exemplo importante no combate à pobreza. Fundada em 1971 por 200 famílias pobres, conta hoje com 300.000 pessoas organizadas pelo CUAVES - Comunidade Urbana Autogestionária de Villa El Salvador, um modelo de gestão participativa que se propõe alcançar um Plano de Desenvolvimento Integral e solucionar os problemas coletivos. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano “Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana” (2003), os resultados obtidos pela Vila El Salvador são muito significativos. “Registraram-se progressos em matéria de obtenção de serviços de água, esgotos e eletricidade..., infraestrutura, equipamentos e serviços comunitários, superiores aos de outros bairros” [2].

Os objetivos de erradicar a pobreza e a fome, atingir o ensino primário universal, reduzir a mortalidade infantil e promover a igualdade de gênero, estabelecidos pela Declaração do Milênio da ONU deverão ser alcançados através da estabilidade macroeconômica, do fortalecimento das

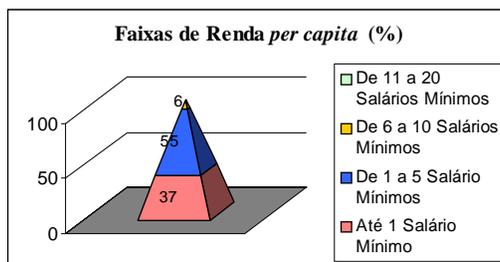
instituições democráticas, da justiça social e da participação dos cidadãos nas decisões políticas que afetam a eles e a seus países. As instituições multilaterais reconhecem a importância de se reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento, tendo em vista potencializar o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões. Reconhecem que o crescimento econômico enquanto estiver associado às crescentes desigualdades sociais não será suficiente para melhorar as condições de vida da população nestes países. Portanto, as estratégias de crescimento e de desenvolvimento sustentável devem levar em conta a democracia social, a qualidade de vida e a redução da pobreza. A próxima seção analisa essa questão com base nos dados de pesquisa empírica.

## A INCIDÊNCIA DA POBREZA NA QUALIDADE DE VIDA E DO MEIO AMBIENTE

De maneira geral, os países da América Latina vivenciam uma profunda degradação ambiental decorrente de seu padrão de desenvolvimento, refletida no fracasso das políticas econômicas, no aumento do desemprego e nas desigualdades sociais. Observa-se um declínio no índice de desenvolvimento humano nesta região e uma decepção dos cidadãos diante do desempenho sócio-econômico do regime democrático. Como elaborar uma proposta de desenvolvimento sustentável em um contexto onde mais de 40% da população vive abaixo da linha da pobreza?

Nesta seção busca-se discutir a relação existente entre as desigualdades sociais, a qualidade de vida e os problemas sócio-ambientais. Utilizaremos dados de pesquisa realizada em maio/julho de 2005 com 510 habitantes da cidade de Porto Alegre em idade eleitoral. A população estudada é composta por 45% de homens e 55% de mulheres, entre os quais, 35% cursaram o ensino fundamental (completo ou incompleto), 35% alcançaram o nível médio (completo ou incompleto), 12% iniciaram o curso superior e 18% o concluíram. A média de idade da população é de 38,9 anos, lembrando que não fazem parte deste estudo casos com menos de 16 anos de idade. Os percentuais dos indicadores de renda refletem a situação da crise econômica vivenciada pelo país. Em geral, observa-se uma queda no poder aquisitivo de grande parte da população em todos os segmentos sociais. A média da renda *per capita* é de R\$ 627,07 mensais e a mediana de R\$ 400,00 por mês. Agrupando a renda *per capita* dos entrevistados em faixas de renda obteve-se o seguinte resultado, observado na Figura 1.

Figura 1 – Faixas de renda per capita em Porto Alegre 2005 (%)

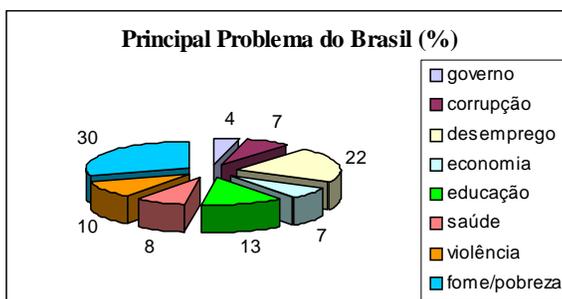


N = 410

Fonte: Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UFRGS/ CNPq - 2005

A crise econômica vivenciada pelo país aponta para um quadro de agravamento da pobreza e das desigualdades sociais. A pobreza define uma situação absoluta ou relativa de privação de recursos materiais que pode iniciar um processo de exclusão social dos cidadãos nas dimensões social, cultural, política e econômica. A exclusão social se refere à falta de oportunidades, à perda da auto-estima, da capacidade criativa e do poder aquisitivo, assim como à discriminação e à estigmatização sofrida por essas pessoas. Indagados sobre o principal problema do Brasil hoje, os entrevistados mencionaram problemas relacionados à crise econômica como a pobreza (30%) e o desemprego (22%), conforme mostra a Figura 2. Também foram mencionados problemas relacionados à crise política, como a corrupção e a ineficiência do governo em responder as demandas da população.

Figura 2

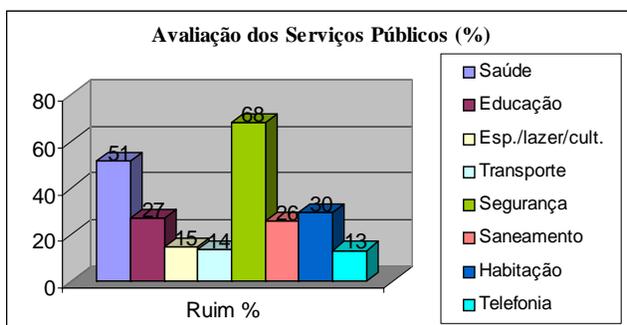


N = 466

Fonte: Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UFRGS/ CNPq - 2005

O problema da pobreza e da exclusão social afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas, considerada um dos critérios fundamentais do desenvolvimento sustentável por refletir as condições ambientais, sociais e naturais das sociedades e o seu impacto no bem-estar humano. Segundo Sposati (1999, p. 135), a “noção da qualidade de vida envolve duas grandes questões: a qualidade e a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente”. Isto significa uma melhor distribuição da riqueza social e a garantia de um ambiente ecológico e participativo de respeito ao ser humano e à natureza. Considerando que o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida relacionam-se diretamente com os serviços públicos oferecidos pela administração municipal, a pesquisa sondou como os porto-alegrenses avaliam esses serviços.

Figura 3



N = 510

Fonte: Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UFRGS/ CNPq - 2005

De acordo com os dados da Figura 3 verifica-se que 68% dos entrevistados estão insatisfeitos com a segurança pública, 51% avaliam a área da saúde como ruim e 30% indicam a política habitacional como a terceira área mais defasada. Esses índices revelam que a exclusão social tem levado a população, especialmente aquela que vive nas periferias da cidade, a conviver com a marginalidade e a violência sem as mínimas condições de segurança. O medo, a precariedade no atendimento à saúde e os problemas habitacionais comprometem sobremaneira a qualidade de vida dos porto-alegrenses. Os resultados sugerem a necessidade de investigar a maneira como os cidadãos percebem os problemas sociais e políticos, tendo em vista a relação direta destes sobre os problemas ambientais. Na seção seguinte serão analisadas algumas variáveis sobre o comportamento político dos cidadãos e sua percepção sobre o desenvolvimento sustentável.

## COMPORTAMENTOS E ATITUDES DOS CIDADÃOS FRENTE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

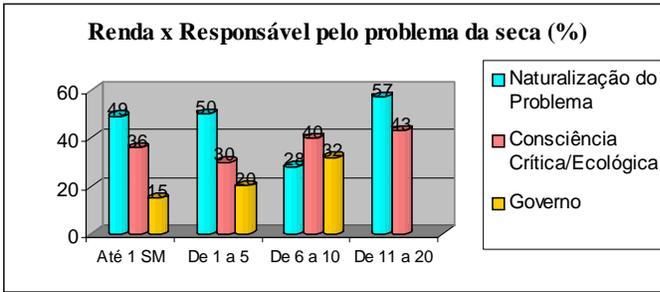
Com o processo de redemocratização, os estudos de cultura política na América Latina são retomados na tentativa de verificar a existência de padrões atitudinais no tocante ao apoio e à adesão dos cidadãos aos princípios democráticos. A maneira como as pessoas internalizam normas, crenças e valores políticos é determinante para compreender o comportamento político dos cidadãos. As pesquisas realizadas na região sul nos últimos anos têm revelado um alto percentual de insatisfação com o funcionamento do regime democrático, refletindo uma distância entre as expectativas dos cidadãos e o desempenho dos governantes.

Avaliar as percepções e atitudes dos cidadãos em relação à questão ambiental é fundamental para identificar problemas e alternativas políticas viáveis. A avaliação do impacto ambiental será relevante quando associada aos impactos sociais e concebida como um instrumento preventivo capaz de propiciar mudanças no estilo de desenvolvimento subjacente aos programas governamentais que estão em vigor. De acordo com Vieira (2002, p.82),

*[...] as respostas a esses desafios não poderão ser dadas em curto prazo, pois dependem menos da capacidade instalada de regular o comportamento social através de sanções jurídicas do que das atitudes e da capacidade de barganha dos diversos atores sociais envolvidos, ou seja, da cultura política que prevalece em cada contexto histórico.*

Nesta seção busca-se avaliar o impacto das desigualdades sociais na percepção e na configuração dos comportamentos dos cidadãos frente aos problemas sócio-ambientais. Foram elaboradas duas questões abertas com o objetivo de sondar as percepções dos cidadãos e suas implicações para as políticas ambientais: “A seca no Estado trouxe uma série de problemas. Para o Sr(a) quem é o responsável por essa situação?”. “Na sua opinião, o que deveria ser feito para resolver o problema?” As respostas foram distribuídas em três categorias: naturalização do problema (não há responsáveis); consciência crítica (a responsabilidade é atribuída às ações humanas); governo (alega-se falta de competência dos órgãos públicos na preservação do meio ambiente). Para 50% dos entrevistados a seca é um fenômeno natural, portanto, acontece e não se pode evitar; para 30% trata-se de um problema causado pelo desmatamento, pela agressão dos indivíduos à natureza e pela cultura do desperdício. Para 20% dos entrevistados a responsabilidade do problema é atribuída ao governo.

Figura 4

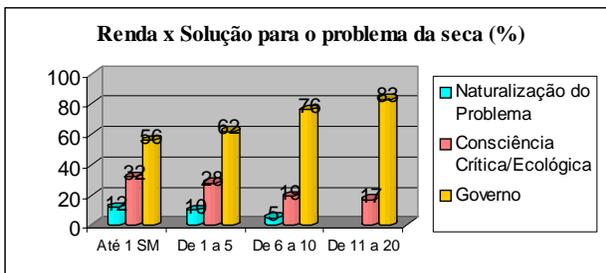


N = 349

Fonte: Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UFRGS/ CNPq - 2005

De acordo com os dados da Figura 4, independente da renda, a opinião da maioria dos entrevistados é de que a seca é um fenômeno da natureza. As pessoas com renda *per capita* de 6 a 10 salários mínimos revelam-se um pouco mais críticas, argumentando que a seca no Rio Grande do Sul está relacionada à destruição da biodiversidade causada pelo uso predatório dos recursos naturais e minerais. Outro dado que chama a atenção é o segmento de pessoas com renda *per capita* de 11 a 20 salários mínimos: 57% vêem o problema da seca relacionado a questões de ordem climática e 43% a questões referentes ao desmatamento e à cultura do desperdício. Dentro dessa faixa salarial nenhum dos entrevistados atribui responsabilidade do problema ao governo, mas quando indagados sobre o responsável por sua solução, 83% afirmam ser o governo, como mostra a Figura 5.

Figura 5



N = 303

Fonte: Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UFRGS/ CNPq - 2005

Os dados evidenciam que a variável renda não tem incidência direta na forma como as pessoas se posicionam a respeito do problema da seca, entretanto, no que diz respeito à sua solução, verifica-se que quanto maior a renda maior a predisposição das pessoas depositarem nas mãos do governo a solução deste problema. De acordo com as respostas, o governo deveria aplicar mais recursos em políticas ambientais, em subsídios para os agricultores, investir em reservatórios de água, promover campanhas de conscientização e de educação ambiental. O mesmo acontece para as demais faixas de renda que, com percentuais acima de 50%, alegam que o governo deve fornecer soluções para os problemas ambientais. Aqueles que demonstram possuir uma consciência crítica e ecológica sugerem que a solução do problema depende de uma transformação no padrão de consumo e do comportamento dos cidadãos, visando ações que evitem o desmatamento, a poluição e a escassez dos recursos naturais. Propõem a realização de campanhas de conscientização sobre os problemas sócio-ambientais que afetam o bairro, a cidade e o país.

A correlação entre as variáveis “quem tem mais poder no país” e “renda *per capita*” mostra que o percentual de pessoas que acredita que as grandes empresas e bancos possuem mais poder no país cresce linearmente de acordo com o crescimento da renda (Tabela 1). O mesmo acontece com os que atribuem à mídia esse papel. Contudo, a proporção de pessoas que atribui maior poder à esfera diretamente política (Congresso Nacional, governo e partidos políticos), evolui na razão inversa ao crescimento da renda, ou seja, quanto menor a renda maior o poder atribuído à esfera política. É interessante notar que, para os entrevistados, o poder se desloca da esfera política para o capital econômico de acordo com o crescimento da variável renda *per capita*.

Tabela 1

Faixa de Renda <i>per capita</i>	Na sua opinião, quem tem mais poder no país? (%)							
	Empresas/Bancos	Militares	Sindicatos	Judiciário	Esfera política	Mídia	Igreja	Total
Até 1 sm	27	3	-	3	59	5	3	100
De 1 a 5 sm	34	3	-	3	47	10	1	100
De 6 a 10 sm	52	4	-	-	20	20	4	100
De 11 a 20 sm	57	-	-	-	14	29	-	100
Mais de 20 sm	-	-	-	-	100	-	-	100

N = 391

Fonte: Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UFRGS/ CNPq – 2005

Esses dados corroboram com o levantamento feito pelo Programa das Nações Unidas sobre a democracia na América Latina. De acordo com o Relatório, “instituições políticas que perdem credibilidade e a persistência das situações de pobreza e exclusão social constituem um cenário complexo que torna as democracias vulneráveis frente à ingerência dos poderes fáticos” (PNUD, 2004, p. 175). Poderes esses, representados por grupos econômicos e meios de comunicação, geralmente pertencentes ou ligados a esses mesmos grupos econômicos, são os principais contrapesos do poder político nas sociedades latino-americanas.

Visando sondar as opiniões dos entrevistados sobre os políticos, foi solicitado que respondessem se concordavam ou não com algumas afirmações. Cerca de 78% concordam ou concordam em parte com a afirmação de que todos os políticos são corruptos. E 55% alegam que os políticos prometem, depois não cumprem. No geral, os entrevistados não acreditam que o Estado tem sido eficiente na aplicação dos recursos públicos. Um das explicações da falta de credibilidade dos cidadãos na política está relacionada às constantes denúncias de corrupção no governo e à insatisfação com a qualidade dos serviços públicos.

Tabela 2

	O Sr(a) estaria disposto a pagar mais impostos para evitar danos à natureza? (%)	
Concorda com as seguintes afirmações:	Sim	Não
Todos os políticos são corruptos	29	71
Os políticos prometem, depois não cumprem	29	71
O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos	36	64

Fonte: Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Capital Social - NIEM/ NUPESAL/ UFRGS/ CNPq – 2005

De acordo com os dados da Tabela 2, entre aqueles que afirmam que todos os políticos são corruptos e que, na maioria das vezes prometem, mas não cumprem, 71% não estão dispostos a pagar mais impostos, ainda que seja para evitar danos à natureza. Dentre os 12% que acreditam que o Estado é eficiente na aplicação de recursos públicos, apenas 36% estariam dispostos a pagar mais impostos. Os cidadãos argumentam que os serviços públicos oferecidos pelo Estado não estão de acordo com o alto valor pago em impostos e, que o problema da seca, por sua vez, não se resolverá com mais arrecadação de impostos, mas sim com a aplicação dos recursos públicos já existentes na implantação de políticas sócio-ambientais mais efetivas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados pela pesquisa elucidam um paradoxo. De um lado, os cidadãos expressam falta de credibilidade no Estado e na classe política, o que compromete a sua motivação em participar nos processos decisórios. De outro lado, esperam do governo soluções para problemas ambientais como o da seca. Esse fato pode justificar a resistência da população a iniciativas oriundas da esfera política e melhor aceitação de ações que partam da própria sociedade. A análise dos dados indica que um número significativo de cidadãos percebe a problemática ambiental de maneira crítica e estão dispostos a contribuir em campanhas de conscientização e fomentar ações que visem a proteção ao meio ambiente. Contudo, ainda prevalece entre a população um desconhecimento das reais questões que implicam em uma proposta de desenvolvimento sustentável, especialmente em relação à melhoria da qualidade de vida, à equidade social, à

necessidade de investimento em educação ambiental, a uma maior participação dos cidadãos na elaboração e fiscalização das políticas públicas ambientais e, principalmente, em relação aos protocolos, acordos e medidas tomadas pela comunidade internacional.

Este trabalho buscou identificar a maneira como as pessoas percebem, atuam e se comportam em relação ao funcionamento da democracia e à problemática ambiental. As percepções dos cidadãos e a maneira como interagem com o meio ambiente envolvem interesses, valores e expectativas em relação à sociedade e às instituições políticas. Estas, em última instância, são de fundamental importância para a resolução dos problemas sociais e para a construção de sociedades sustentáveis. Dessa forma, a questão ambiental não pode ser vista apenas como um problema ecológico e econômico, mas deve ser tratada como um problema político e social, especialmente no tocante ao combate à pobreza e à desigualdade social, que tem dificultado a realização de um desenvolvimento sustentável, de uma cidadania mais ativa e de uma cultura política participativa.

## 6. NOTAS

\* Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço: Rua Dr. José Loureiro da Silva, 1031 – Centro – Gravataí, RS – Cep 94010-001. Telefone: (51)484.2711. E-mail: angelfialho@yahoo.com.br

\*\* Licenciado em Ciências Sociais e pesquisador do NUPESAL/UFRGS. Endereço: Av. Francisco Rodolfo Sinch, 312/361 – Sarandí – Porto Alegre, RS – Cep 91130-210. Telefone: (51)3350.7439. E-mail: douglasrev@yahoo.com.br

\*\*\* Professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná e doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço: Av. Princesa Isabel, 999/204 – Santana – Porto Alegre, RS - Cep: 90620-001. Telefone: (51)3219.9399. E-mail: saleteamorim@brturbo.com.br

1. Trata-se de um estudo comparativo entre três cidades latino-americanas (Porto Alegre, Montevidéu e Santiago) visando identificar a forma como a exclusão social tem sido enfrentada nessas localidades e quais as suas consequências para o desenvolvimento sustentável. O projeto, vinculado ao CNPq, intitula-se “Desenvolvimento Sustentável e Capital Social na promoção da cidadania e da qualidade de vida na América Latina”, coordenado por Marcello Baquero (UFRGS).

2. Relatório do PNUD 2003 disponível em [www.pnud.org.br/idh](http://www.pnud.org.br/idh).

## 7. REFERÊNCIAS

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade* [online], Jul/Dez 2001, n. 9 [citado 07 dezembro 2004]. Disponível na <http://www.scielo.br/scielo.php>.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, Antonio D. (org). *A Outra Economia*. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

NIEM/ NUPESAL/ UFRGS/ CNPq. : *Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Capital Social*, 2005.

NOSSO FUTURO COMUM. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

RATTNER, Henrique. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: o mundo na encruzilhada da História. Revista Espaço Acadêmico [online], Julho de 2002 [citado 06 julho 2005]. Disponível na <http://www.espacoacademico.com.br/014/14crattner.htm>.

\_\_\_\_\_. Liderança para uma sociedade sustentável. São Paulo: Nobel, 1999.

RELATÓRIO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. LA DEMOCRACIA EN AMERICA LATINA: Para una Democracia de ciudadanas y ciudadanos. Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, S. A. Buenos Aires, 2004.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentável. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do equador. IN: VERÁS, Maura P. B. (org.). Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo, EDUC, 1999.

VIEIRA, Paulo Freire. Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento. IN: VIOLA et alli. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo, Cortez; Florianópolis, UFSC, 2002.

YUNUS, Muhammad. O banqueiro dos pobres. São Paulo, Ática, 2000.